



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

25 de julho 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Espaço Aberto	Data: 25/07/12
Assunto: Para romper com o analfabetismo funcional		Página: A2

O ESTADO DE S. PAULO

Para romper com o analfabetismo funcional

A recente divulgação dos dados da oitava edição do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Ação Educativa, com apoio do Ibope, oferece um painel extenso e consistente dos níveis de alfabetismo de jovens e adultos brasileiros nos últimos dez anos.

Diferentemente das estatísticas fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se baseiam em dados autodeclarados, o Inaf é realizado por meio de uma entrevista e um teste, avaliando efetivamente as habilidades de leitura, escrita e Matemática de brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, classificando-os em quatro níveis de alfabetização: analfabetos, alfabetizados em nível rudimentar - estes dois considerados como analfabetos funcionais -, alfabetizados em nível básico e alfabetizados em nível pleno - considerados juntos como alfabetizados funcionalmente. É este último nível, o pleno, que precisamos universalizar, pois é a condição necessária para a inserção digna e autônoma na atual sociedade, crescentemente complexa.

Os dados revelam que o Brasil parece ainda não se ter dado conta da urgência e da gravidade dos problemas que enfrenta no campo da educação.

Ainda que se tenha reduzido a proporção de analfabetos funcionais e aumentado os que estão no nível básico, é preciso mais, bem mais. Nossas atenções devem estar voltadas para o nível pleno de alfabetismo - e aqui houve retrocessos preocupantes. Entre 2001 e 2011, o domínio pleno da leitura caiu de 22% para 15% entre os que concluíram o Ensino Fundamental II, e de 49% para 35% entre os que fizeram o ensino médio. Com ensino superior, 38% não chegam ao nível pleno.

Como referência, no nível pleno estão as pessoas que conseguem ler e compreender um artigo de jornal, comparar suas informações com as de outros textos e fazer uma síntese dele. Em Matemática, as que resolvem problemas envolvendo porcentuais e proporção, além de fazerem a interpretação de tabelas e gráficos simples.

Não conseguimos avançar do básico para o pleno, nível estagnado há dez anos. Mesmo que o Inaf não seja um indicador escolar, pesquisando até mesmo pessoas que nunca tiveram acesso à escola, podemos atribuir parte desses resultados, justamente, à falta de acesso e à insuficiente aprendizagem dos alunos ao longo da educação básica. Ainda hoje não conseguimos garantir que todas as crianças e todos os jovens estejam na escola e adquiram as habilidades esperadas em cada série em disciplinas básicas como Português e Matemática.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Tal situação evidencia a urgência de um investimento eficiente, consistente e focado nos anos iniciais. É neles que todo o problema começa, mas também é neles que a solução deve nascer.

Portanto, como sociedade, precisamos exigir que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade. Sem se perder em discussões ideológicas estéreis, sem concessões de espécie alguma. É um direito de nossas crianças, que precisa ser assegurado.

Esse é o primeiro passo, e ainda estamos muito longe de considerá-lo um patamar vencido. A Prova ABC - a primeira avaliação externa da alfabetização das crianças de 8 anos realizada em 2011 pelo movimento Todos Pela Educação, pelo Instituto Paulo Montenegro/Ibope, pela Fundação Cesgranrio e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) - mostrou que pouco mais de metade das crianças avaliadas apresentara aprendizado adequado em leitura e escrita no final do terceiro ano do ensino fundamental, e essa proporção cai para pouco mais de 40% em Matemática. As que não conseguem alfabetizar-se nessa etapa passam a acumular lacunas cada vez maiores, o que dificulta ou até mesmo impossibilita a sua aprendizagem nas etapas posteriores.

Dessa maneira, os dados revelados pelo Inaf 2012, somados aos indicadores produzidos pela Prova ABC, expõem o grande desafio educacional deste início do século 21: garantir a todos a alfabetização plena, pré-requisito para a garantia do aprendizado ao longo de toda a vida escolar de crianças e jovens.

Para mudar esse cenário é fundamental avançarmos rapidamente na agenda que deveria ter sido cumprida no século passado e romper com o descaso histórico com a qualidade da educação, direcionando muito mais esforços para assegurar que todos os alunos atinjam a competência em leitura, escrita e Matemática. E para isso é necessário começar pela base, desde a Educação Infantil.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) - a avaliação bianual realizada pelo Inep para monitorar a aprendizagem no final de cada ciclo - comprova essa tese. A pontuação média em Língua Portuguesa dos alunos do terceiro ano do ensino fundamental que não cursaram a Educação Infantil é de 169, enquanto a dos que a cursaram é de 187. Se a Educação Infantil tivesse uma qualidade muito boa no Brasil, esse impacto seria ainda maior.

Todas as evidências científicas apontam para a qualidade dos professores como fator determinante. Um bom professor é um ótimo começo. Assim, é preciso atrair os melhores professores para essa etapa do ensino, os mais experientes e mais bem preparados para trabalhar com as crianças que cursam os anos iniciais. As faculdades de Educação precisam ser reformuladas, colocando o foco na aprendizagem dos futuros alunos de seus alunos.

É vergonhoso que o país que tem o sexto produto interno bruto (PIB) do mundo esteja entre os piores em educação. Não obstante o Brasil conseguir acumular riquezas, não consegue distribuí-las de forma justa, e a má distribuição de renda é reflexo da educação de baixa qualidade.

Mais do que garantir escola para todos, é preciso universalizar a aprendizagem.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Opinião	Data: 25/07/2012
Assunto: Impasse na educação		Página: 02

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Impasse na educação

Tudo indica que a queda de braço entre o governo federal e as entidades representativas dos professores das universidades em greve se prolongará até as vésperas do envio, pelo Executivo, do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Congresso. Como o prazo para entrada do texto no protocolo do Legislativo se encerra em 30 de agosto, são grandes as chances de que o início do segundo semestre letivo sofra atraso. Se essa hipótese se confirmar, não será o único prejuízo imposto aos estudantes, uma vez que a greve já atingia 57 das 59 universidades federais e 34 dos 38 institutos federais de educação tecnológica ao término do primeiro semestre. Num cenário em que o ensino superior é um dos terrenos decisivos da disputa entre os países, não se pode ignorar o impacto que a suspensão das atividades nas universidades trará para as aspirações brasileiras.

Entre as exigências dos grevistas, estão reajustes salariais e mudanças no plano de carreira. O Ministério da Educação sustenta, por sua vez, que não é possível conceder reajustes sem comprometer o equilíbrio da gangorra orçamentária, aumentando o abismo entre os gastos com o ensino superior, de um lado, e com o ensino fundamental e médio, de outro.

Essa deformação fez com que, nas últimas décadas, alunos oriundos da rede escolar pública tenham chegado às universidades com habilidades cada vez mais limitadas, numa disputa desigual com aqueles vindos da rede privada. Em tal contexto, as cotas sociais e raciais, longe de resolver o problema, nada mais fazem do que administrar uma aspirina ao convalescente sistema público de ensino.

Equilibrar de uma vez por todas a equação da educação implica, neste momento, optar por uma injeção considerável de recursos nos primeiros anos da formação de estudantes a fim de que possam usufruir da maneira mais adequada daquele que ainda é, entre nós, privilégio de pouco: o acesso a uma vaga na universidade.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Opinião	Data: 25/07/2012
Assunto: Reflexão sobre o ensino		Página: 02

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Reflexão sobre o ensino

CHARLOTTE MONNET

Professora

Este é um desabafo de quem vê alunos de-formados por um sistema de ensino que nada tem a ensinar, mas muito a aprender. Embora tanto se fale a respeito do ensino, com críticas no que diz respeito à sua qualidade, é interessante observar a passividade dos sujeitos envolvidos.

Os alunos deixaram de ser indivíduos que têm o objetivo de buscar conhecimento. Eles apenas buscam um diploma. Deveria ser objetivo das instituições de ensino repassar aos alunos, além do conhecimento e da capacidade de saber fazer, noções de ética e respeito. Entretanto, as próprias instituições tratam o aluno como cliente. E o professor como serviçal deste cliente.

E como o cliente tem sempre razão, cabe ao professor ser gentil, compreensivo e benevolente com o aluno. O resultado é a criação de alunos rebeldes, desrespeitosos, sem interesse em aprender, desafiando a tudo e a todos que tentem interromper sua caminhada rumo ao esperado diploma.

Mas do que vale um aluno formado numa instituição que o trata como cliente e a ele é servil? Será que o mercado de trabalho será assim tão condescendente com ele?

E a instituição que apoia esta inversão de valores, que está apenas interessada em números, sem pensar na qualidade do material humano que coloca no mercado? Será que este mesmo mercado, cada dia mais exigente, não cobrará o preço por este descaso?

Será que não é possível desenvolver um ensino sério, com comprometimento com o futuro – do aluno, da instituição, do mercado e da nação? Será que uma instituição com tal objetivo não tem lugar no mercado? Será que as exigências do mercado não trariam uma resposta positiva? Como as instituições querem ser vistas?

Se o ensino no Brasil vai muito mal não se pode culpar apenas o investimento público. As instituições privadas deveriam mostrar através do resultado de seu trabalho a competência que tanto é cobrada do governo. Blumenau tem condições de ser um polo de excelência no ensino: pela qualidade dos profissionais que aqui atuam, pela sua história e pela força de seu povo. A comunidade toda seria valorizada.

Do que vale um aluno formado numa instituição que o trata como cliente e a ele é servil? Será que o mercado de trabalho será tão condescendente com ele?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Política	Data: 25/07/2012
Assunto: Acafe. Universidades estão mais distantes das bolsas		Página: 04

JORNAL DE
SANTA CATARINA
www.santa.com.br

Acafe. Universidades estão mais distantes das bolsas

Com uma dívida tributária de R\$ 983 milhões com o governo federal, as universidades que integram o Sistema Acafe estão mais distantes da possibilidade de reverter 90% do débito em bolsas de estudo. A presidente Dilma Rousseff aprovou a Lei de Conversão 13/2012, que cria o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), mas vetou partes consideradas primordiais pela Acafe. A decisão foi publicada quinta-feira no Diário Oficial da União. Agora, as mudanças devem ser apreciadas no Senado.

O presidente do Sistema Acafe, Mário Cesar dos Santos, diz estar descontente com os vetos. Para ele, ao tratar as universidades da Acafe como entidades com fins lucrativos, a presidente agiu de forma contraditória e feriu o princípio da isonomia.

Santos se refere à exclusão do artigo do Proies que dizia respeito diretamente à Acafe, pois tratava das instituições educacionais criadas por lei estadual ou municipal que não são totalmente mantidas com recursos públicos. O artigo

excluído permitiria o parcelamento do débito em até 180 prestações, com redução de 60% das multas e 25% dos juros – o que encolheria a dívida de R\$ 983 milhões para R\$ 700 milhões. A presidente justificou o veto afirmando garantir “o mesmo tratamento a todas as instituições participantes do Proies”.

Índice de correção prejudica universidades

Outro ponto que afeta não só a Acafe, mas as demais universidades endividadas, são as correções do débito com a União. A presidente acatou o manifesto feito pelo Ministério da Fazenda e indexou a dívida à Selic. Já o valor das bolsas será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Segundo Santos, este fator faz a dívida crescer em 45%. Além disso, as instituições da Acafe terão que se cadastrar ao Sistema Federal de Ensino para estarem habilitadas a participar do Proies. Com o programa, o governo federal estima renunciar a R\$ 18 bilhões e oferecer 500 mil bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (ProUni).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Mudanças no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior

● Instituições educacionais que não são totalmente mantidas com recursos públicos, como as do Sistema Acafe, foram excluídas da vantagem de poder parcelar a dívida em até 180 prestações, com redução de 60% das multas e 25% dos juros – o que encolheria a dívida de R\$ 983 milhões para R\$ 700 milhões

● Acatando manifesto feito pelo Ministério da Fazenda, a presidente Dilma Rousseff decidiu indexar a dívida das universidades à Selic. Enquanto o valor das bolsas será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Segundo o presidente do Sistema Acafe, Mário Cesar dos Santos, este fator faz a dívida crescer em 45%

● Para participar do Proies, as instituições de ensino superior terão que ser cadastradas ao Sistema Federal de Ensino

Fonte: Mensagem nº 329, de 18 de julho de 2012 da presidente da República, Dilma Rousseff.

As dívidas

Universidade	Sede	Alunos (mil)	Dívida (em milhões de R\$)
Unochapecó	Chapecó	8	30,3
Unoesc	Joaçaba	21	114 (incluindo multas e juros)
Uniarp	Caçador	5	Não informada
Univille	Joinville	8,6	10
UnC	Curitiba	11	2
Uniplac	Lages	Não informada	Não informada
Centro Universitário - Católica de SC	Joinville	Não informada	Não informada
Univali	Itajaí	25,5	Não informada
Unibave	Orleans	2,5	Não informada
Unesc	Criciúma	9,5	30
Unisul	Tubarão	50	60

Como a dívida se formou

- 1 As instituições que fazem parte do Sistema Acafe foram criadas por leis municipais. Logo, são públicas.
- 2 A Constituição determinava que o Imposto de Renda retido dos funcionários era destinado aos municípios se as entidades são municipais ou ao Estado, em caso de serem estaduais.
- 3 O dinheiro recolhido geralmente voltava para a própria instituição. De acordo com Jefte Lisowski, da Pactum Consultoria Empresarial, era comum municípios criarem leis repassando os recursos para as entidades e computavam como investimento.
- 4 No começo da década de 1990, a Receita Federal entendeu que o imposto precisava ser recolhido. A justificativa é de que as fundações tinham características de instituições particulares, como ter lucro.
- 5 A partir daí começaram embates judiciais e administrativos para isentar as instituições do imposto.
- 6 As universidades também alegam que fizeram investimentos em construção de creches, policlínicas, para uso da sociedade.

O que foi aprovado

Para quitar a dívida

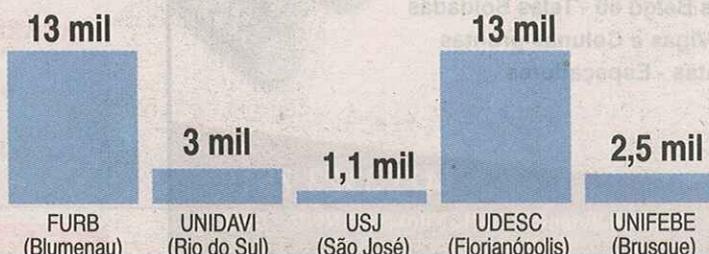


Dilma Rousseff aprovou que os 10% teriam que ser pagos em 15 anos, usando a taxa Selic como correção, que costuma fechar em 9% ao ano, o que é considerado muito alto pelo Sistema Acafe.

O artigo que permitiria a redução da dívida de **R\$ 983 milhões** para **R\$ 700 milhões** foi vetado pela presidente. Isso porque a lei não abrange as universidades do Sistema Acafe, que não são mantidas totalmente por recursos públicos, mas foram criadas por leis municipais e estaduais.

Não devem

Cinco das 16 instituições estão com as contas em dia (cidade-sede)





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Política	Data: 25/07/2012
Assunto: Professora pede Lei do Piso		Página: 04

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Professora pede Lei do Piso

BRASÍLIA - Uma professora de Santa Catarina ajuizou reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o tribunal determine o prosseguimento de um processo que corre na Justiça do estado para o governo catarinense cumprir a lei que estabelece o piso nacional do magistério. Sancionada em 2008, a legislação determinou um valor mínimo que deve ser pago a professores da rede pública com jornada de 40 horas semanais. Atualmente o piso nacional do magistério é R\$ 1.451.